

XIV Encontro Nacional da ABET

Campinas, 2015

GT 7 – Relações de gênero, raciais e geracionais no trabalho

**Trabalhadoras no preparo de comida:
um olhar sobre a divisão sexual do trabalho em cozinhas profissionais.**

Bianca Briguglio

UM OLHAR SOBRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM COZINHAS PROFISSIONAIS

RESUMO

O presente texto tem como objetivo apresentar uma caracterização dos trabalhadores e trabalhadoras formalmente empregados em estabelecimentos de comida preparada, como restaurantes e lanchonetes, entre outros, utilizando dados estatísticos oficiais do Ministério do Trabalho referentes ao ano de 2013, a partir de uma perspectiva de sexo, para fundamentar uma discussão sobre a divisão sexual do trabalho.

Palavras-chave: divisão sexual do trabalho, relações sociais de sexo, trabalho culinário, cozinhas profissionais, qualificação profissional.

Introdução

A alimentação é uma forma explícita de manifestação da cultura de uma sociedade em determinado momento histórico. O alimento não supre apenas as necessidades biológicas dos seres humanos, mas cumpre também funções simbólicas e sociais, é apreendido cognitivamente e ideologicamente (WOORTMAN, 1978). Alimento e comida são categorias que expressam modos diversos de perceber a mesma coisa, em momentos diferentes (antes e depois do preparo). É o trabalho culinário que transforma alimento em comida: é na cozinha que se processa a transformação do alimento (natureza) em comida (cultura), é o trabalho culinário, portanto, que “domestica” o alimento (p.72).

O mercado de alimentação tem participação significativa e crescente no setor de serviços e na geração de empregos diretos e indiretos, principalmente nos grandes centros urbanos. Segundo dados da Associação Brasileira de Empresas de Refeições Coletivas (ABERC), entidade patronal que congrega empresas prestadoras de serviço de fornecimento de refeições coletivas no Brasil, em 2013 o mercado de refeições coletivas forneceu 11,7 milhões de refeições por dia e movimentou aproximadamente 16,6 bilhões de reais no ano¹.

Ainda que hoje em dia os alimentos sejam comercializados manufaturados e até semi prontos, cozinhar ainda é um ato que consome tempo. Muitas vezes, pode não demandar muita força física ou habilidade, mas pode ser um processo complicado, como preparar óleos ou alguns alimentos que demandam muito cozimento.

¹ Disponível em <http://www.aberc.com.br/conteudo.asp?IDMenu=18> (acesso em 11/10/2014).

Um novo ritmo de vida, mais rápido, mais intenso, que demanda uma otimização constante do tempo, característico dos grandes centros urbanos, faz prosperar serviços de alimentação rápida, como o *fast food*. Com o aumento da demanda por comida fora do domicílio, aumenta a quantidade de estabelecimentos de alimentação e a oferta de comida preparada em restaurantes, lanchonetes e outros estabelecimentos e, conseqüentemente, aumento na força de trabalho empregada nesse segmento.

O presente trabalho trata das formas adquiridas pela divisão sexual do trabalho no ambiente das cozinhas profissionais, onde mulheres e homens preparam a comida que será servida aos comensais. Pretendemos caracterizar, por meio de dados estatísticos, os trabalhadores e trabalhadoras em restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação no Brasil, analisando-os a partir da perspectiva da divisão sexual do trabalho e das relações sociais de sexo (KERGOAT, 2002).

A divisão sexual do trabalho

Homens e mulheres constituem dois grupos sociais que se encontram em uma relação social específica: as relações sociais de sexo que, como toda relação social, tem uma base material, o trabalho, que exprime a divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009). A divisão sexual do trabalho é dotada de plasticidade e adquire diversas formas no tempo e no espaço, mas está presente em todas as sociedades conhecidas (HIRATA e KERGOAT, 2007).

A divisão sexual do trabalho engendra um sistema de gênero que remete a uma embrincada rede de relações em que o trabalho produtivo, o trabalho doméstico e as relações familiares formam configurações específicas. Nesse sentido,

falar em termos de divisão sexual do trabalho é: 1. mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e 2. articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos, mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades e, portanto, os sexos; em suma, para criar um sistema de gênero (p.596).

As autoras apontam como característica principal da divisão sexual do trabalho a “designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva” (p.599). Esta divisão é legitimada socialmente pela chamada “ideologia naturalista” (KERGOAT, 2002, 2009), que designa e essencializa papéis sociais de homens e mulheres.

Ao designar as mulheres à chamada esfera reprodutiva, a divisão sexual do trabalho apresenta como “natural” a responsabilidade feminina sobre a totalidade do trabalho doméstico e de cuidado e atenção com familiares. Tem-se, então, um paradoxo: ao mesmo

tempo em que as mulheres entram no mercado de trabalho com força crescente e até em melhores condições na atualidade (do ponto de vista do acesso ao emprego e até às posições de chefia), ainda há persistência e, não raro, a intensificação, da divisão sexual do trabalho.

“As desigualdades de salário persistem, e as mulheres continuam a assumir o trabalho doméstico” (KERGOAT, 2010, p.94). Mantém-se a distância entre os dois grupos sociais, homens e mulheres.

As razões dessa permanência da atribuição do trabalho doméstico às mulheres, mesmo no contexto da reconfiguração das relações sociais de sexo a que se assiste hoje, continua sendo um dos problemas mais importantes na análise das relações sociais de sexo/ gênero (HIRATA e KERGOAT, 2007, p.607).

A perspectiva proposta por Daniele Kergoat (1986) implica uma abordagem que não cristalice uma determinada situação, isto é, que não a apresente de forma totalizante e como imutável. A autora propõe que se parta do conceito de *relações sociais*, definida pelo antagonismo entre grupos ou classes sociais, que têm como elemento mais importante justamente a dinâmica, o que ressalta o caráter de luta, de antagonismo, de contradição entre os grupos sociais (p.82). Kergoat ainda propõe que, pensando a articulação entre as esferas de produção e reprodução, como proposição de análise das mulheres trabalhadoras (mais especificamente, operárias), é preciso trabalhar em termos de relações sociais de sexo e de classe, que ela nomeia relações de opressão e de exploração (p.83).

O paradoxo da divisão sexual do trabalho aponta para a imbricação, em sua própria gênese, de diferentes relações sociais que não podem ser abordadas da mesma maneira. Para compreender como se dão as relações sociais, é preciso atentar para o princípio da *consustancialidade*, que consiste no “entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando - se as outras e construindo - se de maneira recíproca” (KERGOAT, 2010, p.100). Trata-se de uma forma de leitura da realidade social, um esforço analítico que não pode ser aplicado inadvertidamente à análise das práticas sociais concretas, alerta a autora.

A consustancialidade das relações sociais se dá a partir de sua propriedade essencial: a *coextensividade*: “ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e ‘raça’ se reproduzem e se co-produzem mutuamente” (*idem*, p.94). Significa dizer que a compreensão das relações sociais de sexo não pode se operar a partir da prevalência de uma relação social sobre outra. Segundo a autora, isolar as relações sociais implica trabalhar com categorias reificadas que podem tornar invisíveis pontos importantes para revelar aspectos fortes da

dominação, assim como sugerir estratégias de resistência (p.98). É fundamental, portanto, compreender as relações de gênero, raça e classe como relações de produção em que se entrecruzam exploração, dominação e opressão (p.99).

Devreux (2005) entende que “os sistemas de representação (...) são tão importantes quanto as práticas da divisão do trabalho e do poder, tão importantes quanto a dimensão material na dominação dos homens sobre as mulheres” (p.562). A divisão sexual do trabalho, a divisão sexual do poder e a categorização do sexo, segundo a autora, são as três modalidades de expressão das relações sociais de sexo, e não é possível afirmar que uma delas tem precedência sobre as outras. “Essas três modalidades de divisão e de hierarquização dos homens e das mulheres, de sua atividade de trabalho, de seu poder e dos valores ligados a ambos constituem a relação social de sexo ela mesma, propriamente falando” (p.567).

Sobre o trabalho das mulheres, Bruschini (1994) ressalta a importância de considerar o trabalho que a mulher desempenha na família, espaço da reprodução. As necessidades e possibilidades que a mulher tem de trabalhar dependem tanto de fatores econômicos quanto da posição que ela ocupa nesse grupo.

A disponibilidade do sexo feminino é determinada por características pessoais, como a idade e escolaridade, outras relacionadas à família, como o estado civil e a presença de filhos, e características da própria família, como o ciclo de vida e a estrutura familiares. Mas esses fatores se inter-relacionam também com a condição econômica da família (p.67).

O difícil equilíbrio entre atividades econômicas e familiares, que se torna ainda mais frágil pela presença de crianças, depende também do tipo de atividade econômica que a trabalhadora desempenha, como a flexibilidade de horário de trabalho, a distância do trabalho, entre outros.

As estatísticas

Para fundamentar a análise sobre os trabalhadores e trabalhadoras em cozinhas profissionais, utilizar-se-ão dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), elaborados pelo Ministério do Trabalho em Emprego (MTE), referentes ao ano de 2013 (o último ano com informações disponíveis na base de dados)². Utilizaremos o grupo 561 da CNAE (Categorias Nacionais de Atividade Econômica, elaboradas pelo Instituto Brasileiro de

² É importante ressaltar que os dados da RAIS são informados anualmente pelas empresas e, portanto, referem-se apenas aos trabalhadores e trabalhadoras formalmente empregados, o que pode significar o subdimensionamento deste universo.

Geografia e Estatística – IBGE): Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas. Este grupo está dividido em duas classes: 56112 – Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebida e 56201 – Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada³.

Dados da última Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) realizada pelo IBGE publicada em 2010 revelam que o percentual das despesas com alimentação fora de casa, no total das despesas das famílias, cresceu de 24,1% para 31,1%, entre 2003 e 2009, isto é, mais de um terço do orçamento familiar destinado à alimentação é gasto com comida fora do domicílio, de forma muito mais intensa na área urbana, que passou de 25,7% para 33,1%, do que na área rural (13,1% para 17,5%)⁴.

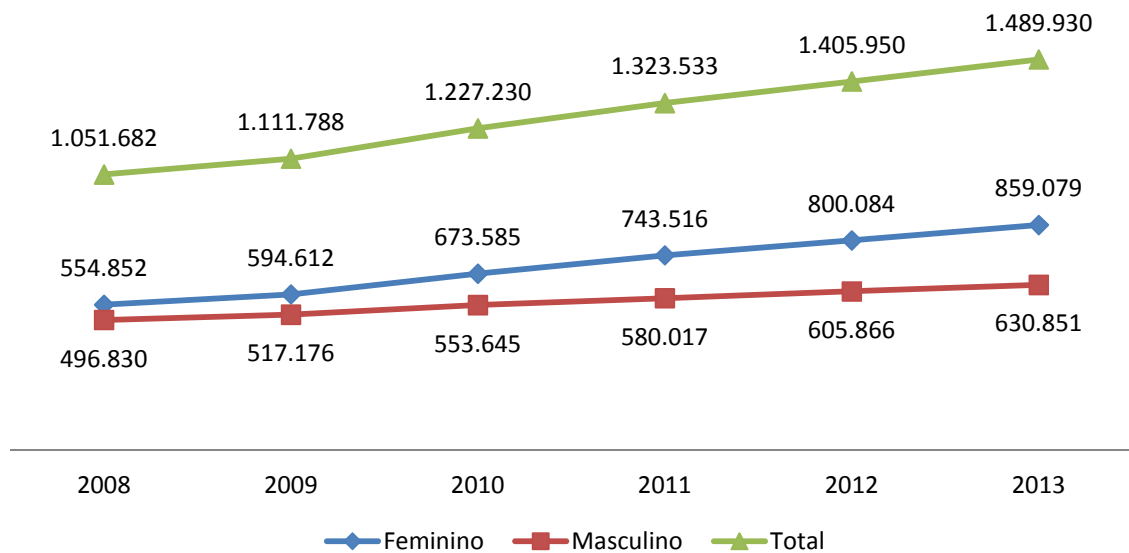
Leal (2010) aponta uma série de elementos que influenciaram a diminuição no tempo destinado pelas famílias à alimentação em casa: crescente profissionalização das mulheres, elevação do nível de vida e de educação, generalização do uso do carro e maior acesso da população ao lazer e viagens (p.123). A alimentação fora do domicílio está cada vez mais presente na realidade das famílias brasileiras.

Considerando o período de 2008 a 2013, houve um aumento de 41,7% na força de trabalho formalmente empregada em estabelecimentos de alimentação no país. Eram 1.489.930 trabalhadores neste segmento econômico em 2013.

Gráfico 1 – Trabalhadores empregados em estabelecimentos de alimentação, por sexo. Brasil, 2008-2013.

³ Essas classes englobam os seguintes estabelecimentos: A quilo; alimentação, comida, refeição / A peso; alimentação, comida, refeição; Churrascaria / Exploração de vagões-restaurante, por terceiros; Gelateria / Pensão alimentícia / Pensão / Pizzaria com serviço completo; Restaurante com serviço completo / Restaurantes e similares; Rotisseria / Self-service/ Trattoria / Adega com serviço completo; Bar com serviço completo / Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas; Choperia com serviço completo / Choperia com serviço completo; Cyber café com predominância de serviço de bar / Snack-bar; Whiskeria, whiskaria; com serviço completo / Alimentação sem serviço completo; Bar sem serviço completo.

⁴ Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2010/06/cresce-gastos-da-familia-com-alimentacao-fora-de-casa> (acesso em 11/10/2014).



Fonte: RAIS/ MTE. Elaboração própria.

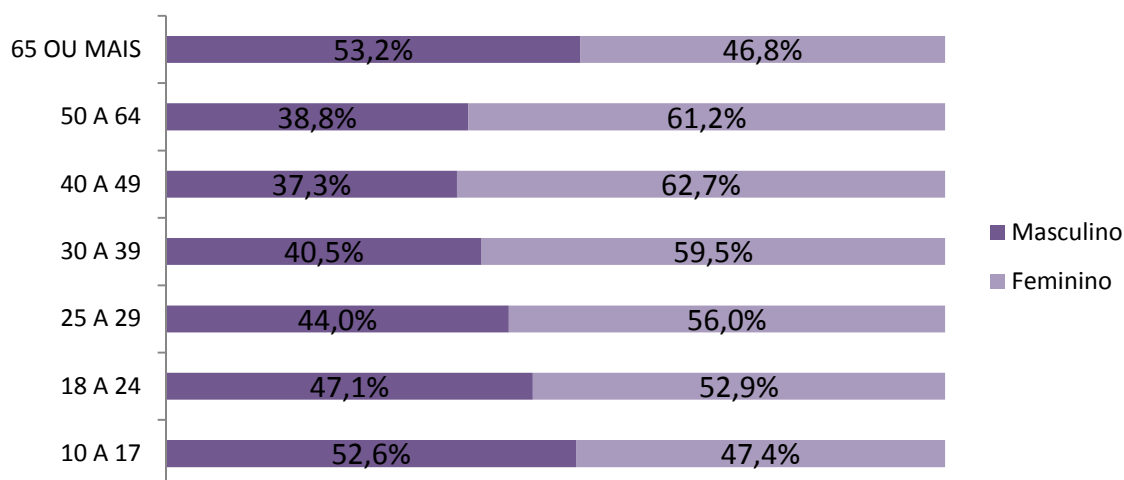
Enquanto a força de trabalho masculina aumentou 27% no período analisado, a feminina aumentou em 54,8%. Ou seja, as mulheres são maioria crescente entre os trabalhadores no segmento de alimentação: eram 57,7% do total de empregados em 2013, contra 42,3% de homens.

Vale ressaltar, todavia, que a ideia de que, a partir de dado momento, a mulher entra no mercado de trabalho é amplamente difundida e aceita; entretanto “A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social” (SAFFIOTI, 2013, p.61).

Nos anos 70, a expansão do mercado, a crescente urbanização e o acelerado ritmo da industrialização configuram um momento de grande crescimento econômico, que proporciona maior incorporação de trabalhadores ao mercado de trabalho, inclusive mulheres. “Intensifica-se o grau de formalização das relações de trabalho, ao mesmo tempo em que prossegue, em ritmo cada vez mais intenso, o processo iniciado em décadas anteriores de transferência da população ativa do setor primário para o secundário e terciário (BRUSCHINI, 1994, p.65).

Com relação à idade, as mulheres são predominantes em quase todas as faixas etárias, exceto entre os mais jovens e os de mais idade: os homens são 52,6% das pessoas com idade entre 10 e 17 anos e 53,2% entre as que têm mais de 65 anos.

Gráfico 2 – Trabalhadores empregados em estabelecimentos de alimentação, por faixa etária e sexo. Brasil, 2013.



Fonte: RAIS/ MTE. Elaboração própria.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil tem apresentado expressiva elevação nos níveis de escolaridade da população em função de diversas políticas públicas elaboradas e executadas para esse fim. As consequências mais claras desse movimento foram uma forte redução do analfabetismo, praticamente a universalização do Ensino Fundamental, aumento da cobertura do Ensino Médio e expansão do número de pessoas que acessaram o Ensino Superior (Dieese, 2012)⁵.

Do ponto de vista dos trabalhadores e trabalhadoras do segmento de alimentação, metade da força de trabalho empregada possui o Ensino Médio completo (50,6%), com relativo equilíbrio entre homens e mulheres, em quase todas as faixas de escolaridade, exceto no Ensino Superior completo, que as mulheres têm participação mais expressiva que os homens (3,3%).

Tabela 1 – Trabalhadores empregados em estabelecimentos de alimentação, por escolaridade e sexo. Brasil, 2013.

Escolaridade	Masculino	Feminino	Total
Analfabetos	0,1%	0,1%	0,1%
Até 5ª Incompleto	1,9%	2,4%	2,2%
5ª Completo Fundamental	3,8%	3,7%	3,7%
6ª a 9ª Fundamental	7,3%	7,8%	7,6%

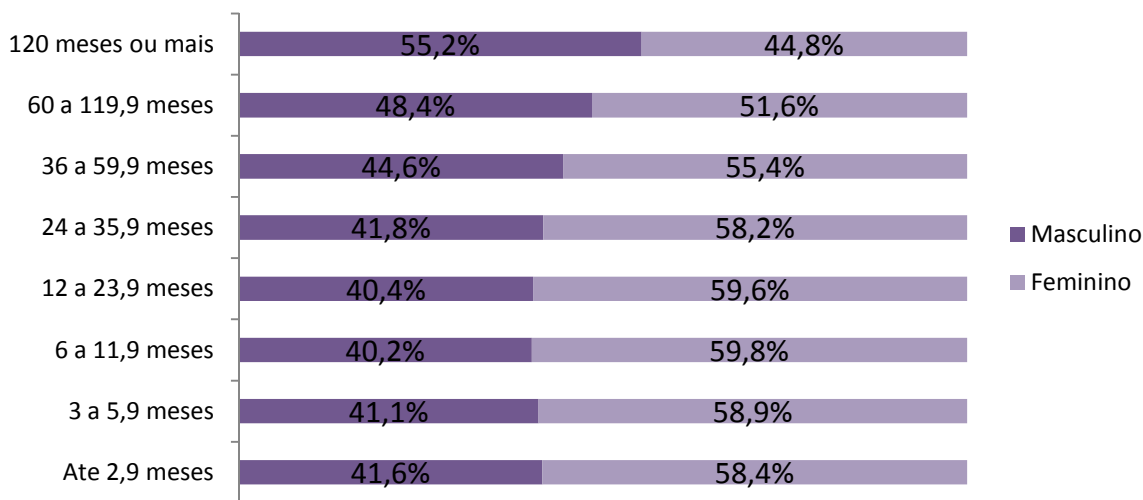
⁵ “Escolaridade aumenta na última década, mas a desigualdade entre negros e não negros ainda é bastante alta”. Disponível em <http://www.dieese.org.br/analiseped/2012/2012pednegrosescolaridade.pdf> (acesso em 01/07/2015).

Fundamental Completo	19,0%	18,1%	18,5%
Médio Incompleto	13,7%	12,9%	13,2%
Médio Completo	51,1%	50,3%	50,6%
Superior Incompleto	1,4%	1,3%	1,3%
Superior Completo	1,8%	3,3%	2,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: RAIS/ MTE. Elaboração própria.

Há uma intensa associação entre a escolaridade feminina e a participação de mulheres no mercado de trabalho. As mais instruídas são as que mais trabalham fora, porque podem ter atividades mais gratificantes ou bem remuneradas, que compensam os gastos com infraestrutura doméstica necessária para suprir sua saída do lar (BRUSCHINI, 1994, p.72). As mulheres encontram várias dificuldades quando vão trabalhar fora de casa: um leque mais estreito de ocupações do que os homens e ganham menos que eles, como veremos adiante.

Gráfico 3 – Distribuição dos trabalhadores no setor de alimentação por tempo de permanência no emprego e sexo. Brasil, 2013.



Fonte: RAIS/ MTE. Elaboração própria.

O gráfico apresenta o tempo de permanência de homens e mulheres no emprego, revelando que as mulheres são maioria em quase todas as faixas, mas que sua concentração começa a decrescer a partir de 1 ano no emprego. Elas são minoria apenas entre aqueles empregados na mesma empresa há mais de 10 anos (44,8%). É importante ressaltar, entretanto, que essa é também a faixa com menor concentração de trabalhadores (apenas 3,3% do total de empregados em 2013).

O setor de alimentação e gastronomia é fortemente marcado pelas relações flexíveis de trabalho e a alta rotatividade. Estudo elaborado pelo Dieese (2014)⁶ analisando a rotatividade em diversas categorias econômicas revela que o setor de alimentação apresenta taxa de rotatividade maior do que a média nacional. Enquanto a taxa para o Brasil era de 55,2%, em 2012, no segmento de Alimentação era de 81,4% (p.123). A rotatividade é um problema bastante complexo, frequentemente associado à flexibilidade, que acompanha a heterogeneidade setorial do mercado de trabalho brasileiro.

As causas da rotatividade são distintas, conforme os setores/segmentos em questão, mas ainda majoritariamente por iniciativa dos empregadores, que se beneficiam da permissividade da legislação e da ausência de um sistema de proteção ao trabalho no país para utilizar as demissões como forma de reduzir salários. Conceitualmente, a rotatividade representa a substituição do ocupante de um posto de trabalho por outro, ou seja, a demissão seguida de admissão. Do lado dos empregadores, acarreta aumento de custos nos processos de seleção e treinamento, perda de “capital intelectual”, influência da rotatividade sobre a “saúde organizacional” e os impactos negativos sobre a produtividade e, portanto, lucratividade das empresas.

Para os trabalhadores, a rotatividade representa insegurança quanto ao contrato de trabalho, levando-os a períodos de desemprego, seguido de busca por nova colocação no mercado. A insegurança estende-se também às condições de trabalho, principalmente no que se refere ao rebaixamento salarial, pois seu uso recorrente é um expediente para redução de custos das empresas. A rotatividade também afeta os recursos públicos, pois uma parcela significativa das verbas que financiam o investimento voltado para infraestrutura urbana e até o privado são lastreados na poupança compulsória dos trabalhadores (FGTS) e nos recursos do fundo público organizado para a proteção dos desempregados, o seguro-desemprego.

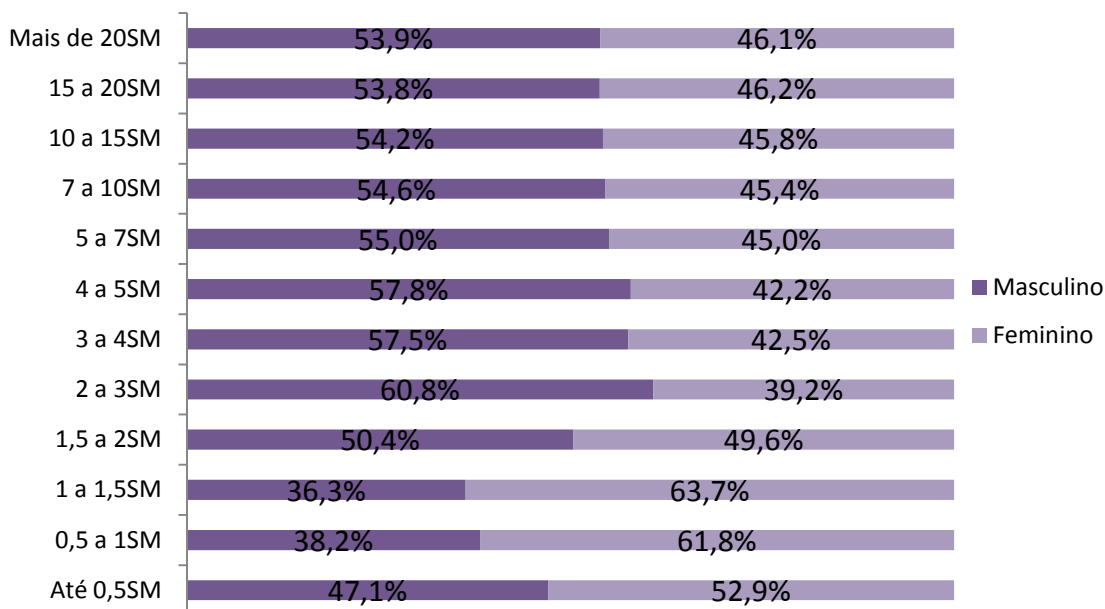
Com relação à remuneração, os dados da RAIS revelam os baixos vencimentos dos trabalhadores neste segmento. Considerando o total de trabalhadores e trabalhadoras empregados, é notória a concentração de 66,1% nas faixas salariais médias de até 1,5 salário mínimo⁷, o que pode ser explicado, em parte, pelo baixo valor do piso salarial da categoria: no Estado de São Paulo, o piso vai de R\$ 827,00 a R\$ 966,00 – dependendo se a empresa oferece

⁶ Disponível em <http://www.dieese.org.br/livro/2014/livroRotatividade.pdf>.

⁷ No ano de 2013 o salário mínimo era de R\$ 678,00.

ou não plano de saúde aos empregados⁸. Somando todos os trabalhadores que auferem ganhos acima de quatro salários mínimos não chegam a 2% do total de empregados (1,8%).

Gráfico 4 – Distribuição dos trabalhadores no setor de alimentação por faixa de remuneração média e sexo. Brasil, 2013.



Fonte: RAIS/ MTE. Elaboração própria.

O gráfico revela que, apesar de serem a maioria dos trabalhadores empregados nos serviços de alimentação e apresentarem relativa igualdade com relação aos níveis de escolaridade, as mulheres são maioria nas ocupações que recebem os menores salários. Provavelmente elas também ocupam as posições com menos prestígio. As mulheres têm predominância apenas nas faixas que vão até 1,5 salário mínimo.

Para além da escolaridade, que verificou-se relativamente equilibrada entre homens e mulheres, uma das justificativas sociais para a concentração de mulheres nas ocupações com menores salários pode remeter à questão da qualificação profissional. Kergoat (2002) retoma o argumento de Naville (1956): é o valor socialmente atribuído ao trabalho que fundamenta a qualificação. Há um conjunto de qualidades que são atribuídas “naturalmente” a homens e mulheres, sendo as masculinas mais valorizadas do ponto de vista do trabalho do que as

⁸ Conforme Convenção Coletiva de Trabalho 2013/2015 assinada pelo SINTHORESP (Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Apart Hotéis, Motéis, Flats, Pensões, Hospedarias, Pousadas, Restaurantes, Churrascarias, Cantinas, Pizzarias, Bares, Lanchonetes, Sorveterias, Confeitarias, Docerias, Buffets, Fast-Food e Assemelhados de São Paulo e Região), do lado dos trabalhadores, e pelo SINHORES (Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de São Paulo) e FHORESP (Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de São Paulo), do lado dos empregadores. Disponível em http://www.sinthoresp.com.br/pdf/Convencao_Coletiva_Trabalho_2013_2015.pdf (acesso em 01/07/2015).

femininas: a força física, senso de competição e agressividade masculina em contraposição às qualidades femininas de meiguice, dedicação, minúcia etc..

Essa contraposição de qualidades inatas de homens e mulheres também expressa a divisão sexual do trabalho: a qualificação masculina é construída socialmente e, portanto, valorizada; enquanto as qualidades femininas remetem ao gênero feminino, adquiridas por meio de um aprendizado aparentemente individual que se dá no âmbito doméstico, ou seja, desvalorizado socialmente (KERGOAT, 2010, p.52).

A questão da remuneração inferior para mulheres que realizam o mesmo trabalho que os homens é debatida há muito tempo e uma bandeira de luta dos movimentos feministas. Entretanto, nas palavras de Saffioti (2013), a “inferiorização” da força de trabalho feminina cumpre uma função social na regulação dos salários do conjunto total da sociedade:

As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos (p.67).

Ainda que seu comentário se refira ao período da acumulação primitiva de capital, a persistência dessa desigualdade na sociedade contemporânea indica a veracidade do argumento.

A desigualdade salarial entre homens e mulheres empregados em cozinhas parece ilustrar os princípios organizadores da divisão sexual do trabalho, segundo proposição de Danièle Kergoat (2002). São os princípios da separação: há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e da hierarquia: o trabalho dos homens tem mais valor socialmente que o trabalho das mulheres (p.50).

A diferente valoração das qualificações de homens e mulheres é uma questão interessante de ser observada no trabalho culinário profissional. Grande parte da qualificação entendida como feminina, recebida no âmbito doméstico, consiste também em saberes e conhecimentos sobre o preparo de alimentos. As diferenças salariais entre homens e mulheres empregados nesse segmento parecem expressar a desvalorização dessa qualificação, uma vez que as mulheres permanecem nas ocupações com os menores salários.

A constituição do espaço culinário doméstico como um domínio feminino representa um dos “pilares do poder da mulher, em que ela segue administrando a tradição alimentar: na alimentação árabe, judaica e tantas outras de feição étnica tradicional a figura da mulher-cozinheira permanece central” (DORIA, 2012, p.255). Há, portanto, uma separação objetiva entre cozinhar para a família e cozinhar profissionalmente, cozinhar no espaço público e

cozinhar no espaço privado, o primeiro associado a uma atividade de prestígio desempenhada por homens e o segundo, ainda que um “espaço de poder feminino”, dotado de menos prestígio social.

Ainda segundo Doria:

A urbanização acabou com o monopólio feminino sobre o cozinhar e isso se deu de duas maneiras: pela externalização dos processos culinários, diminuindo a importância da casa e serializando a produção, e pela cristalização dos gestos culinários em ferramentas, isto é, desincorporando-os (*idem*, p.264).

A partir do momento em que o trabalho culinário deixa o espaço doméstico e, portanto, de poder das mulheres, torna-se profissional, masculino e, assim, valorizado socialmente.

Discutindo a qualificação profissional das operárias francesas, Kergoat (1986) mobiliza um argumento muito propício para nossa análise: contrapondo o discurso de que as operárias ocupavam os piores trabalhos em razão de sua pouca ou inexistente qualificação profissional, a autora afirma que “elas têm uma formação perfeitamente adaptada aos empregos industriais que se lhes propõem” (p.84). Elas adquiriram essa formação através do aprendizado para a profissão de “futura mulher” e, de forma contínua, realizando o serviço doméstico. Assim, afirma Kergoat, as operárias seriam não qualificadas ou trabalhadoras manuais não em função da ausência de qualificação, mas justamente por sua boa formação na totalidade do trabalho reprodutivo (p.85).

Trata-se de um argumento que pode elucidar algumas questões referentes aos contornos da divisão sexual do trabalho nas cozinhas profissionais. A qualificação feminina para esse trabalho, realizada de forma contínua no espaço doméstico, torna-se um problema do ponto de vista do trabalho profissional, aparecendo como ausência de qualificação, garantindo aos homens os postos com maior prestígio e remuneração.

Segundo Hirata (1996), e conforme proposição de Kergoat (1984), a qualificação precisa ser entendida como relação social, o que significa que é o “resultado, sempre cambiante, de uma relação de forças capital-trabalho, noção que resulta da distinção da mesma entre qualificação dos empregos e qualificação dos trabalhadores” (*apud* KERGOAT, 1984, p.133). A compreensão da qualificação enquanto relação social que resulta da relação capital-trabalho implica um conceito que expressa tensão e que é dinâmico, na medida em que se refere tanto aos empregos quanto aos trabalhadores.

Daniele Kergoat (1986) discute o problema da qualificação profissional das mulheres, argumentando contra o discurso de que as mulheres teriam os piores empregos dentro da produção industrial – posições de menor prestígio, realizando trabalhos repetitivos e, conseqüentemente, com menores salários – em função de sua educação insuficiente ou qualificação não condizente com o posto de trabalho. Ela argumenta que a realidade é justamente o contrário:

(...) elas tem uma formação perfeitamente adaptada aos empregos industriais que se lhes propõem. Dizemos também que elas a adquiriram, inicialmente, através de um aprendizado (na profissão de futura mulher, quando eram meninas), depois mediante uma formação contínua (trabalhos domésticos). As operárias não são operárias não qualificadas ou trabalhadoras manuais porque são malformadas pela escola, mas porque são bem formadas pela totalidade do trabalho reprodutivo. (KERGOAT, 1986, p.84)

Bilac (1978) afirma que as ocupações femininas são relativamente independentes da escolaridade, pois, consideradas em conjunto, caracterizam-se por um saber aprendido no espaço doméstico ou nas fábricas, cujo trabalho é repetitivo, e pouco qualificado.

Considerações finais

Neste trabalho, procuramos apresentar algumas características do mercado de trabalho em cozinhas profissionais a partir de dados oficiais sobre os trabalhadores e trabalhadoras formalmente empregados no segmento de alimentação. As estatísticas revelam que a divisão sexual do trabalho se expressa também por meio das desigualdades salariais, acesso aos postos de mando e chefia, ainda que as mulheres alcancem níveis mais altos de escolaridade e representem a maioria dos empregados no setor de alimentação.

Pretendemos demonstrar como o ato de cozinhar, considerado um domínio feminino quando inscrito no espaço doméstico, torna-se masculino na medida em que se profissionaliza, em que passa a ser realizado no espaço público e que dota aquele que o realiza de prestígio. Ainda que as mulheres sejam a maioria da força de trabalho empregada no setor, elas estão concentradas nas faixas de menores salários, o que nos permite inferir que encontram mais dificuldades para chegar aos cargos de mando e chefia.

Levantamos a hipótese de que essa relação entre masculino e feminino no espaço culinário profissional pode estar ligada à diferente valoração social da qualificação profissional masculina e feminina, pública e privada, ou seja, intrinsecamente ligada à

constituição de um sistema de gênero que relega às mulheres o espaço privado e aos homens o espaço público, o princípio da divisão sexual do trabalho.

Referências bibliográficas

BRUSCHINI, C. "O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes" In: SAFFIOTI, H. e MUÑOZ-VARGAS, M. *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS: Brasília, DF: UNICEF, 1994.

COLLAÇO, J.H.L. "Cozinha doméstica e cozinha profissional: do discurso às práticas". Caderno Espaço Feminino, v.19, n.01, Jan./Jul. 2008

_____. Sabores e memórias: cozinha italiana e construção identitária em São Paulo. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

DEVREUX, A.M. "A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina" In: Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, set./dez. 2005

DORIA, C.A. "Flexionando o gênero: a subsunção do feminino no discurso moderno sobre o trabalho culinário". In: Cadernos Pagu (39), julho-dezembro de 2012: p.251-271.

DIEESE. Rotatividade Setorial: dados e diretrizes para a ação sindical. São Paulo: Dieese, 2014.

_____. Nota técnica "O mercado de trabalho formal brasileiro. Resultados da RAIS 2012". São Paulo: Dieese, março de 2014.

_____. Nota técnica "A Inserção dos Negros no Mercado de Trabalho – Regiões Metropolitanas e Distrito Federal". Análise PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego). Disponível em <http://www.dieese.org.br/analiseped/2012/2012pednegrosescolaridade.pdf>. Acesso em 01/07/2015.

GOODY, J. *Cooking, cuisine and class. A study in comparative sociology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

_____. *Food and love. A cultural history of East and West*. Cambridge: Verso, 1998.

HIRATA, H. [et al.] (orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

HIRATA, H. e KERGOAT, D. "Novas configurações da divisão sexual do trabalho". In: Cadernos de Pesquisa, v.37, n.32. São Paulo: Cebrap, set./dez. 2007.

_____. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI,

M. e HIRATA, H.(org.). As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac, 2003.

HIRATA, H. e SEGNINI, L. (orgs.) Organização, trabalho e gênero. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2007.

HIRATA, H. Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

KERGOAT, D. "A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão". In Pro-Posições - vol.13, n.1 (37) - Jan/Abr 2002.

_____ "Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais". In Novos Estudos n.86, março de 2010.

_____ "Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo". In: HIRATA, H. [et al.] (orgs.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

_____ "Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação.". In KARTTCHEVSKY, A. et. al. (org.) O Sexo do Trabalho. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

SARTI, R. "Melhor o cozinheiro? Um percurso sobre a dimensão de gênero da preparação da comida (Europa ocidental, séculos XVI-XIX)". In: Cadernos Pagu (39), julho-dezembro de 2012:87-158.

SEGNINI, L.R.P. *Vivências heterogêneas do trabalho precário: homens e mulheres, profissionais da música e da dança, Paris e São Paulo*. In: GUIMARÃES, N. [et al.] *Trabalhos flexíveis, empregos precários?* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

WOORTMAN, K.A.A.W. Hábitos alimentares em grupos sociais de baixa renda. Relatório final. Brasília, 1978.